



# **PODER JUDICIÁRIO**

## **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**Registro: 2012.0000124369**

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 9260739-21.2008.8.26.0000, da Comarca de Santa Isabel, em que é apelante ARI FERREIRA (JUSTIÇA GRATUITA) sendo apelado EDUARDO NAMII TOMITA.

**ACORDAM**, em 20ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Não conheceram do recurso e determinaram a remessa dos autos para redistribuição. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores LUIS CARLOS DE BARROS (Presidente sem voto), REBELLO PINHO E ÁLVARO TORRES JÚNIOR.

São Paulo, 19 de março de 2012.

**Maria Lúcia Pizzotti**

**RELATOR**

Assinatura Eletrônica



2

**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**  
**Seção de Direito Privado - 20ª Câmara**

APELAÇÃO Nº 9260739-21.2008.8.26.0000

VOTO 2391

ch

Apelante: Ari Ferreira

Apelado: Eduardo Namiji Tomita

Comarca: Santa Izabel

Magistrado Prolator da Sentença: Elaine Faria Evaristo

**EMENTA**

**DANOS MORAIS E MATERIAIS – ACIDENTE**

Matéria afeta a uma das 25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado deste C. Tribunal - Resolução 194/2004, artigo 2º, III, 'c'

**RECURSO NÃO CONHECIDO** – remessa a uma das citadas câmaras.

Vistos.

Cuida-se de recurso de apelação interposto contra a r. sentença, fls.93/95, cujo relatório se adota, que julgou o pedido improcedente, condenando a demandante ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, fixados no valor de R\$500,00 (quinhentos reais), observados os benefícios concedidos, nos termos da Lei nº 1060/50.

Irresignada com a sentença *a quo*, apelou o requerente.

Arguiu, em sede de apelação, a necessidade da reforma integral da r. decisão, vez que o apelado dera causa ao acidente de trânsito que ocasionara a morte do filho do apelante, motivo pelo qual pleiteou indenização por danos morais e materiais.

Devidamente processado, sem o recolhimento do respectivo preparo, visto a qualidade do apelante de beneficiário da assistência judiciária gratuita, apresentadas contrarrazões as fls.105/106.

Remetidos os autos a este E. Tribunal do Estado de São Paulo.

Inicialmente foram distribuídos os autos a 8ª Câmara de Direito Privado, a qual deixou de conhecer o presente recurso, visto o reconhecimento de sua incompetência, posteriormente, foram remetidos a presente Câmara.

**É a síntese do necessário.**

O recurso deve ser redistribuído para uma das Egs. 25ª a 36ª Câmara de Direito Privado.

Incompetente esta Eg. 20ª Câmara de Direito Privado, para julgamento do presente recurso, visto que a r. sentença recorrida foi proferida em ação de reparação de dano causado em acidente de veículo.

A competência recursal se firma pelos termos do pedido inicial (art. 171, do RITJ).

APELAÇÃO Nº 9260739-21.2008.8.26.0000  
VOTO 2391

ch

Ações “**de reparação de dano causado em acidente de veículo, bem como as que digam respeito ao respectivo seguro, obrigatório ou facultativo**”, dentre as quais se inclui a presente ação indenizatória, são de competência de das Eg. 25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado, nos termos do art. 2º, III, “c”, da Resolução nº 194/2004, com redação dada pela Resolução nº 281/2006, c.c. Provimento nº 63/2004 (Anexo I).

Neste sentido, a orientação dos julgados deste Eg. Tribunal de Justiça, assim ementados:

(a) “COMPETÊNCIA RECURSAL - Ação que visa a reparação de danos causados em acidente de veículos - Ação proposta contra a transportadora, que circunstancialmente é proprietária de ambos os veículos envolvidos na colisão, como também contra os dois motoristas - Incidência do art 2º, III, "c", da Resolução 194/2004 - Competência de uma das Câmaras de Direito Privado, dentre aquelas formadas da 25ª a 36ª - Recurso não conhecido - Remessa determinada para redistribui” (20ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 1.217.511-4, rel. Des. Álvaro Torres Junior, v.u., j. 19.12.2006);

(b) “COMPETÊNCIA RECURSAL - Indenização - Acidente de veículo em via pública - Competência das Câmaras 25ª a 36ª da Seção de Direito Privado - Apelação não conhecida, determinada a remessa.” (13ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 7.348.975-9, rel. Des. Ulisses do Valle Ramos, v.u., j. 06.05.2009);

(c) “Responsabilidade civil. Acidente de trânsito. Procedência. Apelação. Matéria afeta à Seção de Direito Privado da 25ª a 36ª Câmaras. Resolução n. 194/2004, com a redação determinada pela Resolução n. 281/2006. Redistribuição. Recurso não conhecido, com observação” (14ª Câmara de Direito Privado, APELAÇÃO nº 7.091.160-9, rel. Des. Virgílio de Oliveira Junior, v.u., j. 12.12.2007);

(d) “COMPETÊNCIA RECURSAL - AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - Matéria afeta a uma das 25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado deste C. Tribunal - Resolução 194/2004, artigo 2º, III, 'c' - Recurso não conhecido, com determinação de remessa dos autos a uma das citadas Câmaras competentes.” (23ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 939.999-5, rel. Des. Rizzato Nunes, v.u., j. 03.05.2006);

(e) “Competência. Reparação de dano causado em acidente de veículo. Resolução 194/2004. Competência declinada para uma das Câmaras que compunham o extinto Segundo Tribunal de Alçada Civil, atuais 25ª a 36ª Câmaras da Seção de Direito Privado deste Tribunal. Recurso não conhecido.” (11ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 1062041-8, rel. Des. Soares Levada, v.u., j. 27.04.2006);



4

**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**  
**Seção de Direito Privado - 20ª Câmara**

APELAÇÃO Nº 9260739-21.2008.8.26.0000

VOTO 2391

ch

(f) “COMPETÊNCIA - Ação referente a acidente de veículo - Competência das 25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado - Resolução 194/2004 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça - Remessa a uma dessas Câmaras - Recurso não conhecido.” (16ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 907.324-1, rel. Des. Candido Alem, v.u., j. 27.09.2005);

(g) “COMPETÊNCIA RECURSAL - Embargos à execução por título judicial - Responsabilidade civil – Acidente de trânsito - Ação que versa sobre reparação de danos resultantes de ilícito extracontratual e não envolve contrato de transporte - Matéria que se insere na competência preferencial das 25ª a 36ª Câmaras da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça (artigo 2º, III, "c", da Resolução nº 194/04) – Redistribuição determinada - Recurso não conhecido.” (19ª Câmara de Direito Privado, Apelação 1.247.920-2, rel. Des. João Camillo de Almeida Prado Costa, v.u., j. 27.11.2007).

Ante o exposto, pelo meu voto, **não se conhece do recurso, determinada a remessa dos autos a uma das Egs. 25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado.**

**Maria Lúcia Pizzotti**

Relatora